

A MODERNIZAÇÃO DO MUNDO NA SUA VERSÃO ECONÔMICA: A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Alicia Ferreira Gonçalves¹

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho é realizar uma breve reflexão sobre a política-econômica da modernização expressa na sua vertente (neo) liberal contemporânea. Apresentando como fio condutor da análise, as reflexões sobre o movimento denominado por Chesnais de *mundialização do capital* na sociedade de mercado. E, como objetivo específico, apresento na parte final do presente trabalho, como contraponto ao argumento de Chesnais, a argumentação central de Boaventura Santos – que vislumbra uma “luz no fim do túnel”, para além da sociedade de mercado. Meu interesse específico neste trabalho recai sobre a relativa ausência de autonomia do Estado-nação frente ao movimento dos fluxos de capitais, onde aponto para questionamento os efeitos perversos engendrados no bojo da *mundialização do capital*. Chesnais aponta para a relativa ausência do Estado-nação frente aos fluxos de capitais, no entanto, a *mundialização do capital* não apaga a existência do Estado-nação. Ocorre que, o movimento de *mundialização do capital*, em especial, na esfera financeira – acentua os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que, redesenha a sua configuração. O termo mundialização em contraponto ao termo globalização – tal como é utilizado por Chesnais (1996), defende a tese de que: se a economia se mundializou, seria necessário construir instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.

UNITERMOS: modernização, mundialização, economia

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP, Pesquisadora do Grupo Etnografias do Capitalismo Contemporâneo da Unicamp.

INTRODUÇÃO

Creio que por causa dessas obras ímpias. Criminosas e ignominiosas, perpetradas de modo tão injusto, tirânico e bárbaro, Deus derramará sobre a Espanha sua fúria e sua ira, porque toda a Espanha, bem ou mal, teve seu quinhão das sangrentas riquezas, usurpadas à custa de tanta ruína e extermínio(Las Casas).

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma breve reflexão sobre a política-econômica da modernização expressa na sua vertente (neo) liberal contemporânea. Apresentando como fio condutor da análise, as reflexões sobre o movimento denominado por Chesnais de *mundialização do capital* na sociedade de mercado. E, como objetivo específico, apresento na parte final do presente trabalho, como contraponto ao argumento de Chesnais, a argumentação central de Boaventura Santos – que vislumbra uma “luz no fim do túnel”, para além da sociedade de mercado.

Meu interesse específico recai sobre a relativa ausência de autonomia do Estado-nação frente ao movimento dos fluxos de capitais, onde aponto para questionamento os efeitos perversos engendrados no bojo da *mundialização do capital*.

Chesnais aponta para a relativa ausência do Estado-nação frente aos fluxos de capitais, no entanto, a *mundialização do capital* não apaga a existência do Estado-nação. Ocorre que, o movimento de *mundialização do capital*, em especial, na esfera financeira – acentua os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redesenha a sua configuração.

O termo *mundialização* em contraponto ao termo *globalização* – tal como é utilizado por Chesnais (1996), defende a tese de que se a economia se mundializou, seria necessário construir instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.

O fio condutor de minha análise é a reflexão teórica de Chesnais articulada com argumentos parciais de outros autores que tratam o tema em questão. O presente trabalho está dividido em três seções: a seção inicial

apresenta algumas considerações sobre a doutrina liberal do século XVIII e o (neo) liberalismo do século XX.

A segunda seção versa sobre as reflexões de Chesnais sobre o movimento de *mundialização do capital*, focalizando em especial, as políticas de desregulamentação dos capitais e a relativa ausência de autonomia dos governos nacionais com relação ao fluxo de capitais. Essa segunda seção sinaliza para os efeitos perversos engendrados no bojo do movimento de mundialização da economia, discutidos na terceira seção a partir da leitura de autores como Bourdieu, Chesnais, Tavares e Fiori e Castells.

I - LIBERALISMO E (NEO) LIBERALISMO

Para compreendermos o movimento de *mundialização do capital* e seus efeitos sobre as pessoas de “carne e osso”, devemos voltar no tempo – na época das grandes “descobertas” e buscar no liberalismo clássico do século XVIII algumas pistas.²

A noção de modernização ou ocidentalização do mundo refere-se ao advento das grandes navegações, do mercantilismo e da prática colonial e se difunde com a ascensão do capitalismo que atua em escala mundial a partir de seu centro irradiador – a Inglaterra e seu ideário subjacente: o liberalismo do século XVIII³.

Latouche diz que o movimento de Ocidentalização do mundo é de início uma cruzada. Este autor data o nascimento da Ocidentalização do mundo a partir das cruzadas no século XII. A cristandade fortifica e homogeneiza a base ocidental:

² De acordo com Chesnais (1996, p.32), o movimento de mundialização deve ser pensado como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados.

³ Para uma crítica à Ocidentalização do mundo como ideal e prática ver Latouche (1992).

“A Ocidentalização do mundo sobre a figura da cristandade acaba-se com seu triunfo no século XVI. O século de ouro da península hispânica. Os grandes navegadores e os grandes conquistadores abriram as vias aos grandes aventureiros do céu e da terra. Os tempos do mundo finitos têm início com Vasco da Gama e Magellan. Os conquistadores refazem o mapa do mundo”. (Latouche, 1992, p.14).

As cruzadas e a prática colonial foram de fato um amplo domínio e imposição nos âmbitos militar, político, científico, espiritual, cultural e comercial, sobre os povos colonizados. Tratou-se do domínio da natureza e dos homens visando os interesses econômicos e políticos das grandes potências, a exemplo da Inglaterra.

Da perspectiva habermasiana, a modernização do mundo – na fase do capitalismo tardio, é realizada de acordo com a razão instrumental, permeando todas as esferas da vida social. ⁴

Este argumento fica claro em Habermas (1975), em vários de seus escritos, em especial, no texto: “Técnica e Ciência enquanto ideologia”, no qual, o autor demonstra como o processo de modernização das sociedades orienta-se pelo predomínio da racionalidade instrumental, em detrimento, dos ideais emancipatórios engendrados durante a Revolução Francesa.

⁴ O termo razão instrumental é utilizado ao longo do texto de acordo com a concepção de Habermas (1987). Em Habermas temos a sociedade concebida como sistema e mundo da vida. Sendo que o sistema é constituído de dois subsistemas: subsistema político e subsistema econômico. No subsistema econômico, predomina a lógica da integração sistêmica e a ação instrumental coordenada pelo mecanismo de propriedade e dinheiro. No subsistema político predomina a ação instrumental coordenada pelo mecanismo de poder. No mundo da vida, predomina a lógica da ação comunicativa, em que o mecanismo de coordenação da ação é a solidariedade, na qual sobressaem as formas de comunicação livres da dominação e da força. No entanto, é importante sublinhar que a distinção é fundamentalmente analítica, na medida em que na realidade existe a influência dos subsistemas regidos por meios no mundo da vida, distorcendo, portanto, a comunicação. Por outro lado, podem existir formas de comunicação livres dentro dos subsistemas político e econômico. Habermas resgata de Weber o conceito de razão cognitivo-instrumental, apontando suas limitações para pensar as sociedades contemporâneas, agregando, deste modo, ao conceito de razão cognitivo-instrumental, o conceito de razão comunicativa.

Ou seja, a técnica e a ciência são concebidas por Habermas como dominação calculada, metódica, sistemática sobre a natureza e sobre os homens, assumindo também o papel de ideologia, legitimando, deste modo, a dominação na fase do capitalismo tardio.

“Não é apenas de maneira acessória, a partir do exterior, que são impostas à técnica fins e interesses determinados – eles já intervêm na própria construção do aparato técnico; a técnica é sempre um projeto histórico-social; nela é projetado aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tencionam fazer com os homens e as coisas”. (Habermas, 1975, p.304).

Segundo Ianni (1996), a idéia de ocidentalização do mundo tem embutida a tese da modernização, compreendendo os valores, padrões, e instituições ocidentais. Os padrões ocidentais de vida e de trabalho se difundem por todo o globo, combinando e às vezes tencionado com padrões de outras culturas. Deste modo, a tese da modernização do mundo envolve o argumento de que o capitalismo como modo de produção e processo civilizatório não é somente “superior”, mas também inexorável. Neste sentido, o capitalismo avança em escala mundial tendo como doutrina econômica em um primeiro momento o liberalismo do século XVIII⁵.

A ideologia liberal do século XVIII tem por base a idéia da “mão invisível” de Adam Smith: economia e liberdade; liberdade econômica como condição de liberdade política; liberdade e igualdade de proprietários garantidos pelo contrato codificado no Direito burguês.

“O liberalismo representa um conjunto de idéias que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se houvesse livre iniciativa, se atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios estatais”. (Moraes, 1997, p.3).

⁵ Ianni (1996, p.14), afirma que “esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir, sentir e imaginar”.

Neste contexto o mercado e sua “mão invisível” é concebido como o mecanismo por excelência capaz de gerar eficiência, justiça e riqueza. Eficiência, porque propicia o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico. Justiça, porque estimula a dedicação ao trabalho e recompensa a engenhosidade. E riqueza, já que, pelo aumento geral do volume de produtos, difunde-se o benefício de modo geral.⁶

De acordo com Moraes (1997), os resultados, nos limites são: a liberdade, a paz e a harmonia internacional. O papel do Estado neste contexto é a manutenção da segurança interna e externa; a garantia dos contratos, e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

No entanto, o “livre mercado”, era segundo Moraes, um mundo imposto pela dominação inglesa, que representava os interesses do capitalismo, identificando, como entraves ao seu desenvolvimento a política-econômica dirigista do mercantilismo e das corporações.

O neoliberalismo dos tempos da globalização do capitalismo retoma e desenvolve os princípios que se haviam formulado e posto em prática com o liberalismo ou a doutrina da “mão invisível”, a partir do século XVIII. Mas o que distingue o (neo) liberalismo pode ser o fato de que ele diz respeito à vigência e generalização das forças do mercado capitalista em âmbito global.⁷

⁶ A “ideologia” liberal se dissemina a partir da publicação de Adam Smith: “A riqueza das Nações”, em 1776.

⁷ O neoliberalismo de acordo com Moraes (1997 e 1999), tem seu manifesto fundador em 1944, com a publicação do “Caminho da servidão”, de Friedrich Von Hayek. Friedrich August Von Hayek nasceu em Viena, a 8/5/1899, em uma família de universitários. Inicia os estudos de Direito na Universidade de Viena-1918 e Doutorado em 1921. Em 1923 obtém seu segundo Doutorado em Ciência Política. Em 1950 transfere-se para a *London School of Economics*, vive em Londres até 1950. Em 1944 publica a obra *Road to serfdom* e lidera uma organização da “internacional dos liberais”, que resulta na criação da Mont-Pèlerin Society, no ano de 1946. Após 1946 leciona nos EUA, Alemanha e Áustria. Em 1974, recebe o prêmio Nobel, compartilhado com Gunnar Myrdak. Em 1977 volta a Freiburg, onde fica até a sua morte (23/3/1992). Para uma análise crítica do pensamento de Hayek, consultar Moraes (1999a).

Os entraves à prática neoliberal segundo Moraes (1997), são as idéias e práticas associadas à doutrina Keynesiana, as centrais sindicais e o Estado com sua crise fiscal. Na América Latina o entrave seria o Estado gerado pelo nacional-desenvolvimentismo Cepalino.

No Brasil de Collor a FHC, faz-se apologia do desmonte do “Estado-Providência”, monstro insidioso que esconderia, sob uma aparência benevolente e protetora, uma realidade marcada pela ineficácia, opressão e clientelismo (Moraes, 1999c). No caso brasileiro as políticas nocivas foram identificadas com os orçamentos públicos sobrecarregados, folhas de pagamento inchadas, emissões monetárias irresponsáveis, excessiva regulamentação sobre investimentos, recursos injetados em empresas estatais deficitárias e parasitárias, hostilidade irracional frente a investidores estrangeiros etc. Realizado o diagnóstico, qual seria, então, o remédio para o crescimento econômico?

O remédio seria a aplicação de um conjunto de reformas orientadas para e pelo mercado: *market-oriented reforms*. O programa “Muda Brasil” anunciava o corte drástico do gasto público, o limite de crédito e financiamento, a privatização das estatais, a desnacionalização dos recursos naturais, a abertura de mercado e a desregulamentação dos fluxos de capitais.

Reformas foram implementadas na Inglaterra de Thatcher (1979), nos EUA de Reagan (1980) e na Alemanha de Kohl (1982). Na América Latina: Pinochet (1973), no Chile, Menem (1989) na Argentina e Collor seguido de Fernando Henrique no Brasil na década de 1990.⁸

Atualmente, a noção de modernização, implica o argumento de que o modelo neoliberal de organização da atividade econômica no âmbito mundial é o modelo mais eficiente, justo e gerador de riquezas. Resta questionar

⁸ No Brasil as palavras de ordem da “cruzada” neoliberal na era Collor eram: privatizar e desregulamentar, isto é, diminuir a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados.

sobre a distribuição desta riqueza entre os países e entre os vários segmentos da população no interior dos próprios países.⁹

“Guardião da justiça, o mercado recompensaria a habilidade, a dedicação e a diligência. Matriz da riqueza garantiria eficiência na alocação dos recursos existentes, pondo à disposição da sociedade os bens de que mais necessita. Mandatário da liberdade, impediria que a distribuição das posses materiais fosse submetida ao arbítrio e à ação deliberada de qualquer pessoa”. (Moraes, p. 47, 1999c).

Bourdieu (1998) afirma que o neoliberalismo está baseado em uma série de pressupostos, dentre eles, a noção de que o crescimento máximo, e logo, a produtividade e a competitividade, são fins últimos e únicos das ações humanas; ou que não se pode resistir às forças econômicas. Por outro lado, há toda uma nomenclatura associada ao neoliberalismo, tais como, desregulamentação, flexibilidade, que faz crer que a mensagem neoliberal é uma mensagem universalista de libertação.

II - A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Também faz parte da defesa da razão o combate àqueles que mascaram sob as aparências da razão os seus abusos de poder, ou que se servem das armas da razão para fundamentar ou justificar um império arbitrário (Bourdieu).

A modernização do mundo na sua versão contemporânea vem acompanhada do movimento de *mundialização do capital* – teorizado por François

⁹ De acordo com entrevista do Diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA à *Globonews*, o Brasil é o país mais desigual do globo em termos de distribuição de renda. O problema do Brasil não tem sido o crescimento da economia na década de 90, pois a economia cresceu, o que não houve foi uma distribuição da renda gerada no país, ao contrário, houve uma concentração da renda e um aumento na desigualdade, engendrando efeitos perversos, tais como o aumento da exclusão.

Chesnais (1996). Chesnais argumenta que a *mundialização* da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada está liberando o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido o Estado-nação, construir o contrato social – o Estado previdenciário do bem-estar.¹⁰

O termo *mundialização do capital* designa uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação¹¹. A *mundialização* é resultado de dois movimentos conjuntos: 1) longa fase de acumulação ininterrupta do capital desde 1914, e 2) políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos de Thatcher e Reagan.

Chesnais elenca em seu capítulo inicial os traços relevantes da *mundialização do capital*:

- (i) O vetor principal no processo de internacionalização é o IED (Investimento externo direto), que suplantou o comércio exterior;
- (ii) O intercâmbio intra-setorial é a forma dominante do comércio exterior: caracteriza-se pelo intercâmbio intragrupo, no quadro dos mercados privados das multinacionais, bem como por suprimentos internacionais, organizados pelos grupos, em insumos e produtos acabados;
- (iii) Integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas está ocorrendo a partir do IED. As multinacionais beneficiam-se simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (o toyotismo);

¹⁰ Harvey (1993), descrevendo o período fordista, afirma que o Welfare-State se esforçava para controlar os ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como transporte e os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação e habitação.

¹¹ O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres *business management schools* de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e *marketing*, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae (1985 e 1990) e o americano M.E. Porter.

- (iv) Regionalização do comércio exterior – blocos comerciais;
- (v) Organização dos grupos empresariais como empresas-rede;
- (vi) O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas no nível mundial;
- (vii) Surgimento de oligopólios mundiais em um número crescente de indústrias;
- (viii) Globalização financeira e concentração de um capital monetário, que acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços;
- (ix) O movimento da *mundialização* é excluyente, está em curso um movimento de marginalização dos países em desenvolvimento, e
- (x) Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos IEDs e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como, por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio.

No presente trabalho me deterei na globalização financeira e nos efeitos perversos que se engendram no bojo do processo de *mundialização* do capital, isto é, nos itens viii, ix e x elencados acima.

Chesnais identifica na atual fase de acumulação capitalista, um conjunto de fatores que contribuíram para um novo conjunto de relações internacionais e internas, que “formam um sistema” e que modelam a vida social, não apenas na dimensão econômica, mas em todas as suas dimensões. O autor afirma que tais fatores remetem à duração prolongada de uma fase de acumulação do capital, à forma que assumem os seus impasses (melhor dizendo, suas contradições), às saídas propostas e à maneira como tudo isso manifesta e se resolve no plano político¹².

¹² Sobre a concepção sistêmica, Ianni (1996,p.60) afirma que: “ A sociedade mundial pode ser vista como um sistema social complexo, no âmbito do qual encontram-se outros sistemas mais

A fase anterior à *mundialização* do capital – no pós-guerra (1950-1975) – a fase de regulação fordista, caracterizou-se por um grau de efetiva soberania por parte dos governos na definição de regras para o capital privado, sendo que tais arranjos institucionais, que tinham como fundamento o governo nacional, sustentaram uma fase de expansão da acumulação capitalista:

“Durante essa fase, as relações políticas entre as classes sociais e o grau de efetiva soberania que os governos possuem asseguram o respeito das multinacionais à certas convenções e formas de relacionamento correspondentes à relação salarial fordista, bem como sua colaboração visando a certos objetivos de política econômica nacional, o equilíbrio da balança comercial por exemplo”. (Chesnais, 1996,p.298).

A hipótese defendida pelo autor é que a raiz da crise da regulação fordista deve ser buscada nas transformações das economias nacionais diante do movimento de *mundialização do capital*.

Chesnais (1996), argumenta em seu texto que os regulacionistas (R. Boyer), não se deram conta do impacto do movimento de internacionalização sobre a crise do modo de regulação. Mais ainda sente-se tal impacto quando se atenta para a internacionalização do capital monetário, ao mesmo título do que a do capital produtivo, isto é, como expressões distintas, mas interligadas, de um movimento único de libertação do capital de todas as instituições que enquadravam e “regulavam” suas operações.¹³

Por exemplo, ao longo da década de 80, a taxa de Investimento Externo Direto (IED) foi superior ao PIB e ao comércio exterior, segundo fonte das Nações Unidas – citada em Chesnais (1996), no capítulo segun-

ou menos simples e complexos, tanto autônomos e relativamente autônomos como subordinados, ou subsistemas. No âmbito da sociedade mundial, logo se destacam o sistema econômico e o político, mas também outros podem tornar-se relevantes, em termos da organização e dinâmica da mundialização”.

¹³ A referência a Boyer é a seguinte publicação: *La Théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.

do¹⁴. Contudo, houve uma concentração desses investimentos no interior dos países “avançados” – a denominada Tríade¹⁵.

O IED (na esfera financeira), que nos interessa mais de perto, em função do objetivo geral deste texto, explica-se pela mobilidade do capital transnacional na busca de liquidez e rendimentos cada vez maiores, como forma de compensar a saturação da demanda de bens de consumo duráveis.

Na atual fase da acumulação capitalista, o sistema capitalista é hegemônico, isto é, alcança todas as partes do globo, no entanto, os países membros do G-7, cuidam de se¹⁶ apresentarem como portadores de uma missão histórica do progresso social.¹⁷

O conceito de hegemonia no capitalismo moderno, leva à seguinte reflexão: Arrigui (1996) afirma que um país dominante exerce uma função hegemônica quando lidera um sistema de nações em uma direção que lhe convém, e, ainda assim, é percebido como buscando um interesse geral. Fiori (1997), analisando a trajetória da hegemonia norte-americana pós-segunda guerra, argumenta que a função hegemônica exercida atualmente foi costurada a partir do governo conservador Reagan, respaldado pelas administrações Thatcher e Kohl¹⁸.

¹⁴ Chesnais (1996, p.51), inspirando-se nas formulações de Michalet, identifica três formas de internacionalização: intercâmbio comercial, o investimento produtivo no exterior e os fluxos de capital monetário, ou financeiro.

¹⁵ De acordo com Chenais (1996, p.63), os países que compõem a Tríade são: EUA, União Européia e Japão. Os termos “Tríade” e “triádico”, foram formulados por K. Ohmae (1985).

¹⁶ Os sete países mais industrializados do mundo citado por Chesnais (1996), são: EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália.

¹⁷ Mesmo antes do término da guerra-fria as principais economias do globo criaram condições para a incorporação da ex-União Soviética e da China na economia de mercado (Ianni, 1996,p.52).

¹⁸ Com as eleições de Margaret Tharcher em 1979 e de Helmut Kohl em 1982, a decisão norte-americana encontrou respaldo das forças conservadoras inglesas e alemãs para sustentar sua retomada hegemônica e iniciar uma das restaurações conservadoras mais extensas e radicais da história moderna, companheira inseparável da revolução financeira global liberada definitivamente pelas políticas de desregulamentação e deflação dos novos governos conservadores. A partir deste momento, como num “efeito dominó”, todos os demais países industrializados foram adotando sucessivamente as mesmas políticas, mesmo no caso dos governos social-democratas e socialistas (Fiori, 1997, p115).

A hegemonia é expressa na hierarquização que se estabelece entre os países – pelas potências do globo e suas instâncias multilaterais. A esse respeito as reflexões de Bourdieu (1998), sobre o *campo econômico mundial* são mais que pertinentes¹⁹.

Bourdieu (1998, p.54-55) diz que a estrutura do campo mundial exerce uma coerção estrutural, tida como natural. Deste modo, a política de um Estado particular é determinada pela sua posição na estrutura da distribuição do capital financeiro (que define a estrutura do campo econômico mundial):

Esse mercado financeiro é dominado por certas economias, isto é, pelos países mais ricos, e particularmente pelo país cuja moeda é utilizada como moeda de reserva e que, com isso, dispõe, no interior desses mercados financeiros, de uma grande margem de liberdade. O mercado financeiro é um campo no qual os dominantes, os Estados Unidos nesse caso particular, ocupam uma posição tal que podem definir em grande parte as regras do jogo (Bourdieu, 1998,p.53).

A retomada da hegemonia norte-americana tem início, segundo Tavares e Melin (1997), a partir da diplomacia do dólar conduzida pelo Sr. Volcker em Setembro de 1979, ocasião em que houve uma valorização radical do dólar e conseqüente desvalorização das moedas internacionais frente à moeda norte-americana. No período de 1979 a 1989 – a partir do choque da política de Volker, o Federal Reserv, FED – pratica uma “diplomacia do dólar” que muda de ênfase e mesmo de direção conforme as conveniências da economia americana, no sentido de restaurá-la a uma posição firmemente dominante.

¹⁹ Bourdieu et al (1992, p.16-17), afirmam o seguinte: “O campo é um espaço social constituído de relações objetivas e históricas entre detentores de posições baseadas em determinadas espécies de capital (...) Cada campo prescreve valores particulares e possui princípios regulativos específicos. Tais princípios delimitam um espaço estruturado socialmente, no qual os agentes lutam para transformar ou preservar seus limites de acordo com a posição que eles ocupam nesse espaço. O campo é simultaneamente um espaço de conflitos e competição, cabe neste contexto a analogia com o campo de batalha, dentro do qual os participantes visam estabelecer total monopólio sobre as espécies de capital que possuem”.

No plano geoeconômico a hegemonia americana é exercida através da *diplomacia do dólar* na sua versão financeira. Os preços praticados mundialmente estão denominados em dólar, qualquer que seja a paridade cambial vigente nos mercados nacionais. O dólar atualmente cumpre o papel de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existe um padrão monetário rígido. Como é óbvio, argumentam Tavares e Melin (1997, p.64-65):

“Neste sistema monetário financeirizado, as funções centrais do dólar são a função de segurança e de arbitragem. Daí a coordenação, espontânea ou forçada, com o dólar, por parte dos bancos centrais relevantes, sob o comando do Federal Reserv – FED”.

De fato, Fiori (op. cit.), critica o conceito de hegemonia referindo-se ao comportamento dos EUA no mundo hoje. Segundo o autor, o termo que se aplica ao comportamento americano é o de “ordem imperial”:

“Resumindo, desde 1991, o comportamento econômico, cultural e diplomático dos Estados Unidos frente ao mundo tem sido o de um país que não apenas acredita, mas se comporta cada vez mais orientado por uma visão unipolar do mundo (...) E a postura norte-americana tem sido a de um país que exerce a sua primazia nos termos ativistas concebidos por Charles Kindleberger, mas orientada, integralmente, pela defesa de seus interesses nacionais, e pela proteção e promoção explícita de todos os segmentos de sua economia produtiva e financeira. Por isto a ordem política e econômica emergente tem pouco ou nada a ver com o conceito de hegemonia e parece muito mais próxima da idéia do sistema imperial de que falam James Petras e Robert Cox” (Fiori, 1997, p.127-128).

Bourdieu (1998, p.31) tece crítica contundente à “hegemonia” exercida, afirmando que a racionalidade subjacente às orientações do Fundo Monetário Internacional – FMI – e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, é, ao mesmo tempo, a expressão e a caução de uma arro-

gância ocidental, que leva a agir como se alguns homens tivessem o monopólio da razão e pudessem instituir-se, como se diz, habitualmente, como polícia do mundo, isto é, detentores autoproclamados do monopólio da violência legítima, capazes de pôr a força das armas a serviço da justiça universal.

A ofensiva norte-americana em reação ao acontecimento de 11 de Setembro de 2001 em Nova York é, a meu ver, um exemplo dessa arrogância. Embora, eles (EUA) e seus ícones representantes de sua hegemonia, tenham sido atacados por supostos terroristas, criaram um discurso do Bem (Ocidente) contra o Mal (Oriente, em especial, Afeganistão – base de Bin Laden) veiculado na mídia no âmbito mundial, que “justifica” e “legitima” a intervenção norte-americana no mundo inteiro com a suposta finalidade de exterminar os focos terroristas.

Por outro lado, Ohmae (1991), afirma que está surgindo uma ilha maior que um continente – a Economia Interligada (ILE): Estados Unidos, Europa e Japão; sendo que, o objetivo da política da ILE será assegurar o livre fluxo de informações, dinheiro, mercadorias e serviços, assim como a livre migração de pessoas e corporações. Os governos tradicionais terão que estabelecer uma nova estrutura única de governança global, diz Ohmae.

É verdade que alguns de seus pólos dominantes e centros decisórios localizam-se nos Estados nacionais mais fortes. Em escala crescente, no entanto, formam-se pólos dominantes e centros decisórios localizados em empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Aí nascem diretrizes relativas à desestatização, desregulação, privatização, liberalização e regionalização. São diretrizes que principalmente o FMI e o BIRD se encarregam de codificar, divulgar, implementar e administrar.

Enquanto o liberalismo baseava-se no princípio da soberania nacional, ou ao menos o tomava como parâmetro, o neoliberalismo passa por cima dele, deslocando as possibilidades de soberania para as organizações, corporações e outras entidades de âmbito global. (Ianni, 1996, p.79).

II.1- O CAPITAL MONETÁRIO – A VALORIZAÇÃO NA ESFERA FINANCEIRA: D-D'

O estilo contemporâneo da acumulação capitalista é determinado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão), cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Chesnais (1996), afirma que a esfera financeira é um dos campos de valorização do capital que deve gerar lucros como qualquer outro setor.²⁰

A esfera financeira, segundo Chesnais (1996), alimenta-se das riquezas geradas na esfera produtiva. Chesnais (1996, p.246), remetendo-se a Marx (Livro III, capítulo XXIV), afirma que o capital monetário representa “a forma mais alienada e mais fetichizada da relação capitalista”. A forma D – D' (isto é, aquela em que um capital D se fecunda e gera D', sem passar por um investimento produtivo).

Seus veículos são os títulos – *securities* – e sua obsessão, a rentabilidade aliada à liquidez da qual Keynes denunciara o caráter anti-social, isto é, anti-ético ao investimento de longo prazo. Não é mais um Henry Ford ou um Carnegie, e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o “novo capitalismo” de fins de século XX.²¹

²⁰ De acordo com entrevista do presidente da entidade nacional dos fundos de pensão à *Globe-news* do dia 10/10/99, para os anos de 2005 e 2007 está previsto para o Brasil a atuação de mais de 2.000 fundos de pensão, movimentando uma quantia de aproximadamente 20 bilhões de dólares, o que nos dá a idéia da relevância dos fundos de pensão para a economia mundializada.

²¹ “A securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditícios, de capitais, de derivativos. Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional à administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propícia aos bancos na captação de fundos. Como tal é peça-chave do padrão de riqueza em questão, disseminando-se nas operações nacionais e transnacionais, nos regimes monetário-financeiro e cambial” (Braga, 1997).

Braga (1997), elabora a seguinte hipótese: a financeirização global é o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo, que se origina nos EUA, após a década de 60. Segundo o autor, a financeirização é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Trata-se, prossegue o autor, de um padrão sistêmico porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecerem uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral.

Segundo Chesnais (1996), é na produção que se gera a riqueza, no entanto, é na esfera financeira que se comanda cada vez mais a repartição e a destinação social da riqueza: Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do Produto Interno Bruto (inclusive nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE), ou do comércio exterior:

“Essa dinâmica específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação de capital fictício. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza da esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos dos seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas”. (Chesnais, 1996,p. 15).

A vertente fictícia - possibilitada pela desregulamentação financeira - da valorização engendra efeitos perversos “reais”, ou nos dizeres de Chesnais: encadeamentos conjunturais desfavoráveis: a perda da autonomia dos governos nacionais e a conseqüente socialização dos custos financeiros fiscais. Deste modo, a busca de credibilidade diante dos mercados tornou-se o “novo Graal” dos governos. A expressão “bola da vez” ilustra tal fato!

Chesnais (1996), afirma que o nível de endividamento dos Estados perante os grandes fundos de aplicação privados (os mercados) deixa-lhes pouca margem para agir senão em conformidade com as posições definidas por tais mercados. Salvo que questionem os postulados do liberalismo.

Pelo contrário, assim que surgem dificuldades, as instituições financeiras internacionais e as maiores potências do globo precipitam-se em defesa dos privilégios desse capital financeiro, quaisquer que sejam o preço a pagar e os custos a socializar por via fiscal. Isto foi evidenciado, mais uma vez, pelos 52 bilhões de dólares adiantados, em fevereiro de 1995, pelo governo federal dos Estados Unidos e pelas instituições monetárias internacionais (FMI e BID) como “avalistas em última instância”, para evitar que a bancarrota do Estado mexicano desencadeasse, no plano mundial, um processo de desvalorização em cadeia dos ativos financeiros.

Isso mostra a que ponto os governos dos países do G7 desmentem as esperanças de Keynes no sentido de uma “eutanasia progressiva” do capital rentista e de seu “poder opressor” (Chesnais, 1996, p. 15-16). O capital monetário dita e orienta, limita as ações dos atores na economia mundializada, ou seja, dita o comportamento das empresas e dos centros de decisão capitalistas.

Chesnais (1996) elabora o seguinte modelo explicativo para análise da conjuntura econômica mundial contemporânea: De acordo com o autor, a conjuntura econômica mundial é caracterizada por uma recessão que assola os países da OCDE no início da década de 90; índices fracos de crescimento do PIB das principais economias, excetuando-se a norte-americana; deflação acelerada; elevado desemprego estrutural; agravamento das desigualdades na distribuição de renda; rendimentos rentistas realizados nas aplicações financeiras; marginalização de regiões do globo no comércio exterior, acirramento da competitividade entre EUA e Japão.

Somando-se, a essas séries de fatores, a economia mundial sofreu vários choques monetários e financeiros. Os fatores elencados acima, na argumentação do autor, devem ser considerados um “sistema”. Um sistema que remete à dois fatores interligados: liberação do capital dos arranjos ins-

titucionais nacionais (bancos centrais nacionais) e a transformação na relação capital X trabalho.

Chesnais argumenta que a conjuntura econômica atual apresenta as características de uma depressão econômica longa no sentido atribuído por Schumpeter. O movimento de mundialização do capital, afirma o autor, de acordo com os traços elencados no livro (segunda seção do texto), exercem sobre a acumulação um efeito depressivo de natureza estrutural. De acordo com Chesnais (1996), tal efeito depressivo é global, embora afete as regiões de forma diferenciada.

Velasco e Cruz (1998), argumenta que o capitalismo é uma economia que nasce e se reproduz nos quadros de uma estrutura política fragmentada, composta de um número variável de unidades políticas que se reconhecem mutuamente como distintas e independentes. A globalização, a liberalização de bens e serviços, as cadeias produtivas globais e os fluxos financeiros instantâneos, não resultam da “mão invisível” do mercado. Tais fatores resultam de decisões e políticas estatais. E não de quaisquer Estados, diz o autor, mas sim, de um pequeno número deles, dentre os quais sobressai o Estado norte-americano.

Tavares e Fiori (1997, p.8) argumentam que o movimento de desregulação e financeirização da economia internacional não é fruto de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças de mercado: “Pelo contrário, faziam parte de um esforço estratégico bem-sucedido – da restauração da hegemonia mundial dos EUA, posta em xeque durante os anos 70”.

A expressão *mundialização* do capital, afirma Chesnais (1996), é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês *globalização* – que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria um enfoque e conduta globais. A mesma lógica de atuação global se aplica à esfera financeira, para as chamadas operações de arbitragem.

A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real, graças às Tecnologias de Informação (TI)²². Mas, baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às benesses das finanças de mercado. Como veio lembrar a crise mexicana de 1994-1995, basta pouca coisa para que um lugar financeiramente “atraente” deixe de sê-lo em questão de dias, e, de certa forma, fuja da órbita da mundialização financeira. Quais são as facetas de tais operações de arbitragem?

Vamos verificar o que Tavares e Melin (1997, p.64-65), nos informam sobre tais operações:

“Em outras palavras, as transações comerciais das grandes empresas transnacionais e os preços praticados mundialmente estão denominados em dólar, qualquer que seja a paridade cambial vigente nos mercados nacionais. Isto significa que o dólar não é mais um padrão de valor no sentido tradicional dos regimes monetários internacionais anteriores (padrão ouro-libra e padrão ouro-dólar), mas cumpre, sobretudo, o papel mais importante de moeda financeira em um sistema desregulado onde não existem paridades cambiais fixas, vale dizer, onde não há padrão monetário rígido. Como é óbvio neste sistema monetário “financeirizado”, as funções centrais do dólar são a função de segurança e arbitragem”.

A linha argumentativa tecida nesta seção demonstra a relativa ausência de soberania do Estado-nação frente aos fluxos de capitais, como co-

²² De acordo com Castells (1997), o desenvolvimento das tecnologias associadas à telemática tem desempenhado papel fundamental na reestruturação capitalista em curso, ou seja, de acordo com o autor tais tecnologias têm sido configuradas de acordo com os interesses capitalistas. Há de se levar em conta que a atual globalização financeira e as tais operações de arbitragem só se tornam possíveis graças às tecnologias de informação, que permitem as realizações das operações em tempo real.

mentaram os autores citados neste texto. No entanto, os mesmos autores citados, em especial Chesnais e Bourdieu, argumentam que o Estado-nação, não desapareceu, e, continua ativo. Como? Criando as condições políticas e econômicas para que a *mundialização* do capital se realize sem entraves (liberalizando e desregulamentando). No entanto, esses autores propõem medidas para controlar os fluxos de capitais: criando instituições supranacionais a fim de controlar os fluxos de capitais.

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais, segundo Chesnais (1996). Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redesenham sua configuração. O abismo que separa os países participantes, mesmo que marginalmente, da dominação econômica e política do capital monetário rentista, daqueles que sofrem essa dominação, alargou-se ainda mais.

A unificação do mercado financeiro internacional traz como consequência direta a perda de autonomia dos governos nacionais de definirem a partir de si próprios as taxas de juros e o câmbio, que por sua vez, são determinados por um poder concentrado nas mãos de um pequeno número de países. A desregulamentação financeira engendra efeitos perversos, como os ataques especulativos do Sr. Soros, sem que os governos nacionais possam tomar alguma atitude. Tais efeitos perversos engendram “reações em cadeia” com custos sociais que a maioria da população tem de assumir, tais reações em cadeia serão examinadas adiante.

Lerda (1996) analisando a problemática da “autonomia” do Estado-nação no mundo contemporâneo, afirma que a dimensão econômica da globalização remete à desterritorialização das atividades econômicas: indústrias, setores ou cadeias produtivas inteiras optam por realizar suas operações desvinculadas de suas nações de origem; o mercado financeiro, neste caso, é o emblema da desterritorialização das atividades econômicas. Lerda argumenta que há uma progressiva desterritorialização das atividades econômicas, gerando entre os teóricos a seguinte tese, a da perda da autonomia

do Estado-nação, dentre eles, o principal é Ohmae, que defende a constituição de organismos transnacionais (1991).²³

A relativa ausência de autonomia do Estado-nação, frente ao movimento de *mundialização* ocorre na dimensão das políticas públicas nacionais conduzidas por autoridades econômicas responsáveis pela política econômica. Deste modo, a própria internacionalização foi possível por decisões tomadas no âmbito da política – econômica, no caso brasileiro, tais medidas foram tomadas no governo Collor e depois intensificadas no governo FHC, contando com figuras relevantes como Pedro Malan e Armínio Fraga dentre outros da equipe econômica.

Retomando o argumento do autor quanto à perda de autonomia, nunca é demais lembrar que tal “autonomia” é restringida atualmente graças à decisões tomadas anteriormente visando a inserção de países na globalização. Foram tomadas decisões no sentido de restringir o papel do Estado na economia, abrir a economia à competição internacional, privatizar empresas públicas, dentre outras medidas de cunho neoliberal.

“Tais políticas domésticas foram formuladas, desenhadas e implementadas no contexto de programas de estabilização, ajuste e/ou reformas estruturais de corte liberalizante, fundamentadas na busca de maior eficiência, flexibilidade, competitividade externa e capacidade produtiva das economias nacionais. Exemplos conspícuos são os programas de descentralização fiscal, desregulação financeira, liberalização comercial, privatização/desincorporação de empresas públicas, e reformas tributárias compatíveis com os requerimentos lógicos desses programas (particularmente com a liberalização do setor externo). O conjunto de políticas associado com tais programas é bem conhecido e responde pelo nome de Consenso de Washington”. (Lerda, 1996, p.246).

²³ A origem da atual globalização dos mercados financeiros, segundo Lerda (1996, p.250): foi o surgimento do mercado de eurodólares, ao final dos anos 40, quando a Ex-União Soviética depositou suas reservas em bancos franceses, para prevenir um possível congelamento de suas contas por parte dos EUA.

A decisão conjunta dos países de aderirem ao Consenso de Washington derivou de pressões internas e externas, e, da impossibilidade dos governos nacionais de equacionarem tais pressões baseados no modelo de crescimento “para dentro”.

A crescente mobilidade das moedas, enfim, a dinâmica do mercado financeiro cria desafios para as autoridades dos Bancos Centrais e responsáveis pela condução das políticas bancária, monetária e cambial. Por exemplo, o risco sistêmico “latente”, derivado da interdependência entre instituições financeiras, se traduz potencialmente em efeitos adversos potenciais sobre a condução de políticas monetária e fiscal. Deste modo, o desafio que se impõe às autoridades econômicas dos governos nacionais é desenhar e implementar políticas capazes de neutralizar os efeitos adversos da globalização sobre a autonomia das autoridades econômicas.

Lerda (1996), argumenta que a força disciplinadora da concorrência internacional pode vir a ter efeitos benéficos sobre o curso futuro das políticas públicas nos países de nossa região. De fato, esta é uma tese que será comprovada no futuro, mesmo porque, até então, o processo de *mundialização do capital*, tem engendrado *encadeamentos conjunturais desfavoráveis*.

III - ENCADEAMENTOS CONJUNTURAIS DESFAVORÁVEIS: A FACE PERVERSA DA MUNDIALIZAÇÃO

Não se pode trapacear com a lei da conservação da violência: toda violência se paga; por exemplo, a violência estrutural exercida pelos mercados financeiros, sob forma de desemprego, de precarização etc., tem sua contrapartida em maior ou menor prazo, sob forma de suicídios, de delinqüência, de crimes, de drogas, de alcoolismo, de pequenas ou grandes violências cotidianas (Bourdieu).

Tal movimento do capital desregulado e liberado em âmbito mundial, que circula “livremente” e relativamente independente das instituições fi-

nanceiras nacionais, engendram, na opinião de Chesnais (1996) encadeamentos conjunturais desfavoráveis.

Quais encadeamentos desfavoráveis? No último capítulo de seu livro, o autor cita três fatores que emergem em consequência do movimento de *mundialização do capital*, inclusive nos países centrais:

- (i) Desemprego estrutural, precarização do trabalho, marginalização e decadência social;
- (ii) O capital monetário – na esfera da reprodução que ocorre no âmbito estritamente financeiro – conquista autonomia e força diante dos Estados-nacionais, e
- (iii) O poder de intervenção dos Estados-nacionais diminuiu qualitativamente, devido à crise fiscal, e os fundamentos de suas instituições estão solapados a ponto de torná-los incapazes de impor qualquer restrição à movimentação do capital privado.

Houve, na opinião de Chesnais (1996), um retrocesso econômico, político, social e humano. Com relação específica no nível micro-econômico, a produtividade ocorre graças à combinação articulada entre a mais-valia absoluta e relativa, gerando uma precarização e intensificação da exploração do trabalho vivo na produção. Especificamente à inserção dos países na *mundialização* o autor afirma:

“Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro dos países, e até áreas continentais inteiras (na África, na Ásia e mesmo na América Latina) não são mais alcançadas pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização”. (Chesnais, 1996, p.18).

De fato, no México sob a administração de Salinas as medidas neoliberais (desregulamentação e liberalização do mercado monetário e financeiro), engendraram consequências sociais nefastas: diminuição de 5% do PIB; a taxa de inflação girou em torno de 50%; o desemprego atingiu 25% da população ativa; 55% da população foi atingida pela perda no poder aquisitivo, e, 2 milhões e meio de pessoas caíram abaixo do limite de pobreza extrema.

Um claro exemplo dessa perda de autonomia do Estado-nação, frente ao capital privado nacional e transnacional é a transferência das atividades industriais para qualquer local do globo com menos encargos sociais e restrições, e, ainda, com um baixo índice de mobilização sindical, gerando entre os Estados a denominada “guerra fiscal”:

“As empresas européias transferiram suas atividades de expansão para outras partes do mundo, onde contratar e demitir pessoas não custa caro. A Mercedes-Benz e a BMW instalaram-se no Alabama e Carolina do Sul – não por acaso, os lugares nos EUA com menos regulamentação governamentais e mais baixos encargos sociais. Os índices de emprego europeu estão estagnados e, com o tempo, o desemprego chegará a níveis mais altos do que se fosse permitido às empresas contratar e demitir livremente”. (Thurow, 1997,p.171).

As fusões estratégicas entre grandes empresas para monopolizar determinado segmento de mercado constituem-se em outro traço do movimento de mundialização do capital. No Brasil a fusão entre a Antártica e Brahma é um exemplo deste fato, diante desta fusão tanto o governo brasileiro e as centrais sindicais estão se mobilizando, para resguardar pelo menos o emprego ameaçado de 17 mil pessoas. A Nissan anunciou, em 1999, nos meios de comunicação de massa o programa de reestruturação que inclui a demissão de 14.000 empregados e o fechamento de três plantas, visando tornar a empresa mais competitiva.

Contudo, a despeito das teses que apresentam as limitações de intervenção dos governos nacionais frente aos fluxos de capitais, é preciso ter claro que o Estado desempenha papel ativo nas economias nacionais. De acordo com o próprio Chesnais (1996), o papel do Estado-nação é ativo no sentido de criar condições político-econômicas favoráveis à implementação das medidas desreguladoras e liberalizantes próprias da política externa da mundialização, expressas pelo ideário neoliberal.

No entanto, a meu ver, é importante considerar as relações assimétricas entre os Estados-nacionais e observar aqueles Estados-nacionais e suas instâncias multilaterais que detém, de fato, o poder de criar as regras da política externa da *mundialização*, como argumenta Bourdieu (1988).

Nos Ensaio contra a ordem, Petras (1995) (des) constrói o mito sobre o neoliberalismo referindo-se ao contexto latino-americano, entre 1981 a 1991. De acordo com o autor, as medidas de cunho neoliberal implementadas na região tiveram implicações negativas do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social.²⁴

O ponto de partida de Petras é uma crítica contundente aos mitos veiculados pelos meios de comunicação de massa dos Estados Unidos relativos à década perdida e às perspectivas políticas de futuro:

Mito 1 – As políticas e regimes populistas e estatizantes são os culpados pela regressão social e econômica dos anos 80, e não as políticas e regimes neoliberais. Reza o mito que populistas e esquerdistas perdulários arruinaram a economia da região. Isto é um mito porque a partir da década de 80 os governos seguem a orientação neoliberal:

“Ao contrário do que afirma a doutrina neoliberal, a derrocada das décadas de 1980-90 não se deveu aos populistas do passado, mas é consequência direta da aplicação das políticas de mercado durante os anos 80 a serviço dos bancos estrangeiros e seus sócios locais”. (Petras, 1995, p. 154).

Mito 2 – Surgiu um novo consenso, compreendendo os dirigentes neoliberais e os trabalhadores, em apoio às políticas neoliberais. A tese do consenso é falsa:

²⁴ Há que se mencionar o fato de que a crise asiática coloca em cheque a globalização como a “única via”, de acordo com reportagem do *Estado*, do dia 14-06-98: “*Dos estudantes da Indonésia a empresários transpacíficos em Hong Kong, de líderes islâmicos na Malásia a funcionários de governos tailandeses, reina a desconfiança generalizada de que a globalização não é uma inevitabilidade histórica, mas apenas um projeto político neoliberal*”.

“O consenso em vigor é entre as autoridades eleitas e os bancos estrangeiros, os exportadores domésticos e os compadres cujos interesses foram promovidos pelas políticas do mercado livre. Em praticamente todos os casos, os presidentes recém-eleitos governaram por decreto, e não por consenso, implementando centenas de alterações básicas por decreto, passando por cima do congresso eleito, ignorando a opinião pública e militarizando as cidades e o meio rural quando a população resistia (...) Finalmente, a maioria das políticas de austeridade foram arquitetadas e são supervisionadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, um consenso de elites feito às costas do povo”. (Petras, 1995, p.157)

Mito 3 – No final da década, a adoção das políticas de mercado livre levou as economias da América Latina a entrarem nos eixos. Reza o mito que após implementação de medidas neoliberais as economias da região começaram a se recuperar, mas os dados demonstram que não houve crescimento e, sim, o contrário, e cita o exemplo do Brasil: 3,3% em 1989 para – 4,6% em 1990. Petras afirma ser um erro grave supor que as afirmações do Departamento de Estado, dos meios de comunicação de massa e dos novos regimes eleitorais são algo mais do que são: mitos em defesa de um império que está saqueando suas semicolônias.

De acordo com o autor, a década perdida deve-se à remessa de capitais para o exterior para pagar a dívida externa e ao crescimento econômico negativo, causando pobreza na região. Petras apresenta dados numéricos sobre a desigualdade de rendas na América Latina, índices de desemprego e subemprego na região.

Segundo Petras, a ideologia messiânica de livre-mercado apresenta o neoliberalismo como panacéia para todos os males do subdesenvolvimento da região: a abertura dos mercados ao livre fluxo de capital e mercadorias trará consigo crescimento, prosperidade e liberdade – este é o mito!

No entanto, a história é diferente; a América Latina tem uma tradição de abertura de mercados ligados às potências hegemônicas, ao subdesenvolvimento e às ditaduras. Tal tradição aliada à política neoliberal na década de

80 teve conseqüências perversas: aumento na concentração de riquezas, os gastos públicos no setor social diminuíram, os salários decresceram:

“Esta era de queda vertical de salários, de deteriorização crônica no padrão de vida e de taxas negativas de crescimento está diretamente ligada a políticas governamentais que facilitaram a transferências maciças de capital para o exterior”. (Petras, 1995, p.166-167).

Petras (1995), concluí que o neoliberalismo criou uma economia dual extremamente rígida: um setor privado ligado aos circuitos internacionais e que se alimenta de recursos financeiros de fora e da pilhagem do Estado, cada vez menor, ligado a salários em queda, serviços estatais em deterioração e falta de oportunidades de trabalho.

Castells (1996), analisando da perspectiva das transformações tecnológicas (e não do plano político-econômico, como fazem Petras, Bourdieu e Chesnais) os efeitos perversos que se engendram no bojo do processo de transição para uma sociedade informacional, afirma a ocorrência de uma *dualização* nas sociedades, constituída de setores integrados à nova ordem e setores excluídos, colocados à margem (desempregados, sem terra, meninos de rua, empregados precários, mulheres, etc.)²⁵.

Para este autor as características centrais das sociedades contemporâneas – baseadas em conhecimento e informação – são os fluxos, ou seja, os processos sociais se desenvolvem na sociedade contemporânea articulados por meio de fluxos de informação, conhecimento e capitais²⁶.

²⁵ Castells (1997) afirma que a sociedade de informação é uma sociedade em que as fontes de poder e riqueza dependem da capacidade de geração de conhecimento e processamento de informação. Capacidade que depende da geração da interação entre recursos humanos, infraestrutura tecnológica e inovação organizacional e estrutural. Nesse sentido, todas as sociedades estão conectadas globalmente em redes de informação que condicionam toda a sua dinâmica. Mas há sociedades majoritariamente conectadas e outras em que somente um pólo dinâmico pertence a essas redes globais informacionais.

²⁶ Sobre uma análise dos efeitos perversos que se engendram no processo de transição para uma economia intensiva em informação no caso brasileiro ver Mattoso(1995).

Os fluxos, de acordo com este autor, são uma característica fundamental da “nova ordem mundial”. Deste modo, de acordo com o raciocínio de Castells, os conflitos na sociedade moderna emergem da resistência de setores excluídos que resistem e/ou não se inserem de forma competitiva à dinâmica dos fluxos, e não das relações de poder estruturais e inerentes ao capitalismo (desde sempre), como afirmam Bourdieu e Chesnais. Ou seja, Castells identifica também na sociedade contemporânea *os encadeamentos conjunturais desfavoráveis*, de que fala Chesnais (1996), contudo, sob outro ponto de vista.

Castells (1998), identifica na sociedade informacional uma associação entre dois elementos: informatização e a exclusão social. No entanto, as causas não estão localizadas nas tecnologias e sim nos arranjos institucionais realizados pelos países. Ou seja, nas opções políticas engendradas no bojo do processo de reestruturação capitalista após a década de 80.

O autor afirma que a forma como as tecnologias da informação estão sendo utilizadas e gerenciadas aprofunda tendências construídas historicamente, que exclui amplos segmentos da população mundial dos *fluxos*, engendrando o processo do surgimento das cidades duais.

Os espaços de fluxos concentram através do mundo espaços que agregam empresas e atividades que têm como condições objetivas as tecnologias de informação e que conectam esses espaços à rede global, enquanto que, segregam espaços marginalizados que são excluídos da rede, São Paulo é um exemplo de cidade dual.

Diante dessas tendências estruturais que têm como base objetiva a infraestrutura tecnológica baseada nas novas tecnologias de informação, Castells (1998) insere a seguinte indagação: o processo de dualização urbana pode ser revertido? Pode a tecnologia assumir uma face humana? O que se constata empiricamente, a meu ver, é a utilização das tecnologias de informação a partir de uma lógica sistêmica – atendendo aos interesses das potências hegemônicas, por meio de suas corporações transnacionais que atuam em várias regiões do mundo.

No entanto, a resposta de Castells à sua própria indagação é positiva, isto é, a sociedade pode reverter essa tendência estrutural do capitalismo que reproduz a desigualdade por meio da dualização, se houver a combinação entre a formação de políticas públicas, ações de agentes empresariais e da sociedade civil organizada. Tal proposta formulada por Castells (1998) está registrada na entrevista concedida pelo autor ao jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais, em 23 de maio de 1999.

Subjacente às formulações de Castells há um determinante estrutural, denominado pelo autor de *tendências estruturais*. Tais tendências estruturais reproduzem e aprofundam a desigualdade social, engendrando a cidade dual. Esta tendência estrutural pode ser revertida utilizando-se para tanto, as novas tecnologias de informação, na visão do autor: A reversão da tendência estrutural será possível através da combinação de políticas públicas, onde o principal ator é o governo local. O principal problema a ser atacado é o desemprego e a geração de renda. Uma das armas contra o desemprego é a educação e a utilização das tecnologias de informação, que a partir de então ampliam a sua atuação para além da lógica sistêmica.

Castells identifica a saída da desintegração do tecido social, no âmbito do governo local, na geração de emprego, de renda e educação dentro da sociedade de mercado. Concordo com o autor nesses pontos citados, no entanto, penso que é preciso ter em mente as relações de poder (assimetria entre os países) que são estruturais à acumulação capitalista. É justamente por esse fato que Boaventura Santos “vislumbra” uma luz no fim do túnel para além da sociedade de mercado, como veremos adiante, quando propõe um novo modelo societal e epistemológico.

A meu ver, o movimento denominado por Chesnais (1996) de mundialização do capital, em especial o formato que as grandes empresas transnacionais assumem atualmente (empresas-rede), comentada por Chesnais no capítulo quarto de seu livro, têm como suposto para funcionarem em rede as Tecnologias de Informação de que fala Castells.

No entanto, Castells e Chesnais partem de matrizes teóricas distintas: o primeiro resgata Daniel Bell e Touraine – que, já na década de 1970, constatavam a partir da experiência dos E.U.A e Europa a importância das Tecnologias de Informação e do conhecimento para as sociedades denominadas por eles de pós-industriais, enfatizando a transformação tecnológica, correndo o risco, a meu ver, de reificar essa tecnologia: ela seria (a tecnologia em si) o elemento impulsionador das transformações contemporâneas, ignorando os processos e as relações de poder (estruturais) que permeiam a sociedade capitalista. Sendo assim, os conflitos emergem de grupos sociais que não se inserem competitivamente aos fluxos, ou que simplesmente são excluídos desses fluxos.

Chesnais, por sua vez, resgata a noção de crises cíclicas da acumulação capitalista no interior da teoria da regulação, agregando a esta a noção de internacionalização do capital, que envolve, fundamentalmente, a hierarquização entre os países, ou seja, relações assimétricas. No primeiro caso (teoria da regulação), a acumulação se desenvolve em conformidade com as políticas-econômicas dos Estados-nacionais – que vai do final da segunda guerra mundial até 1979, quando se inicia a ofensiva neoliberal desencadeada pelo governo de Thatcher.

No segundo caso, a internacionalização do capital se desenvolve em especial na esfera financeira, possibilitada pelas condições criadas pelos Estados-nacionais de liberalização e desregulamentação dos fluxos de capitais. Ou seja, a acumulação se desenvolve no cenário internacional – de acordo com regras estabelecidas pelas economias centrais e suas instâncias multilaterais.

Bourdieu (1998, p.19) afirma que no momento em que as grandes utopias do século XIX revelaram toda a sua perversão, é preciso criar as condições para um trabalho de reconstrução de um universo de ideais realistas, capazes de mobilizar as vontades, sem mistificar as consciências.²⁷

²⁷ A respeito das utopias do século XIX, Latouche (1992) afirma que o Ocidente se mostrou incapaz de cumprir as propostas emancipatórias contidas no projeto da modernidade. O Oci-

Interessante no texto de Bourdieu (1998, p.9) é observar como o autor relaciona em suas reflexões os acontecimentos macro-político-econômicos e a dimensão micro. Por exemplo, no texto “A mão esquerda e a mão direita do Estado”, publicado no livro *Contrafogos*, relaciona a adoção de medidas de cunho neoliberal por parte dos Estados europeus e os dramas pessoais vivenciados por pessoas “comuns”. Por exemplo, “O diretor de uma escola em dificuldades, expressa, por exemplo, a sua amargura pessoal: em vez de se ocupar com a transmissão do conhecimento, ele se tornou, a contragosto, o policial de uma espécie de delegacia”²⁸.

A criação de um Estado supranacional europeu, criando as bases para um internacionalismo crítico, capaz de se opor verdadeiramente ao neoliberalismo, é a proposta de Bourdieu, como também de Chesnais (1996).

O que propõe Bourdieu (1998, p.56) a partir de seu referencial europeu é um debate sobre as condições sociais atuais, a exemplo dos serviços públicos e da precarização do trabalho. O autor deseja contrapor à lógica econômica uma lógica social, que respeite mais os homens e as realidades com as quais eles se vêem confrontados.

Bourdieu argumenta que é preciso inserir nas decisões econômicas os custos sociais, e demonstrar que, em longo prazo, as decisões tomadas estritamente no âmbito da lógica econômica causam custos econômicos ainda maiores. Custarão mais aos cofres públicos os custos com demissões; sofrimentos; doenças; suicídios; alcoolismo; violência familiar, culminando na desintegração do tecido social.

É o que mostra a reportagem veiculada pela *Folha de São Paulo* em 1996, onde se afirma que o desemprego acarreta problemas sociais e emocio-

dente que inventou o progresso, prossegue o autor, a crença na técnica, na ciência e na produtividade, engendra em sua própria dinâmica o declínio e o caos.

²⁸ Em Campinas, SP, Brasil, no dia 4 do mês de Outubro de 1999 houve uma chacina em uma escola pública no bairro “Vida Nova”, as escolas públicas, em vários países, estão se transformando em palco de conflitos para os traficantes. Note-se que no caso de Campinas a chacina foi praticada por adolescentes, que foram encaminhados à Fundação de Amparo ao Bem-estar do Menor – FEBEM de São Paulo.

nais: “Muitas pessoas reagem como se tivessem passado por um estresse semelhante ao de um divórcio ou da morte de um parente. O desempregado corre o risco de sofrer depressão, ansiedade, agressividade, insônia, perda de auto-estima e problemas conjugais”. Estudos conduzidos nas Universidades de Michigan e John Hopkins mostram que o aumento do desemprego é acompanhado por suicídios, ataques do coração e doenças mentais. Segundo pesquisas, a cada 1,4 ponto percentual a mais do desemprego num ano, ocorrem: a) 26.440 mortes ligadas a problemas do coração; b) 1.540 suicídios; e c) 5.520 internações de pessoas em hospitais psiquiátricos.

Moraes (1997) refletindo sobre a questão da lógica de mercado a partir de um referencial latino-americano nos apresenta as seguintes indagações: “Será que é sempre eficiente aquilo que é gerado pelo mercado? Eficiente para quem? E dentro de qual horizonte de tempo (curto ou longo prazo)?”. “Atualmente existe espaço para algo como o planejamento indicativo, o *New Deal*, as câmaras setoriais, as políticas industriais? Ou será que a estratégia tem que assumir um escopo internacional?”.

De outro lado, Velasco e Cruz (1998), argumenta que o principal fator a restringir a autonomia do Estado é a liberdade com que se movimentam os capitais. Como precisa deles e não pode controlá-los o Estado procura atraí-los e, nesse sentido, deve curvar-se a sua vontade. No entanto, é preciso que se recorde que a desregulamentação do capital não é fruto da “mão invisível do mercado”, mas fruto de decisões da política-econômica dos Estados hegemônicos. Ou seja, a liberalização financeira foi produzida por decisões e ações dos Estados que participam das formulações das regras para o *campo econômico mundial* de que fala Bourdieu.

De outro lado, Chesnais (1996, p.34), afirma que sem a intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir tão depressa e tão radicalmente os entraves e freios à

liberdade de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes fosse conveniente.

Logo, indaga Velasco e Cruz (1998), se hoje o Estado é inibido pelos efeitos de suas políticas passadas, cabe dizer que ele se auto-limita. Neste sentido, em princípio, ele poderia reverter o que fez e recriar as condições para o exercício de graus maiores de autonomia. Este raciocínio aplica-se ao Brasil? Ou os movimentos de capitais ganharam “vida própria”?

Observa-se uma movimentação que oscila entre dois pólos: a adoção de orientações neoliberais ditadas pelas instâncias multilaterais e o impacto da adoção de tais orientações em contextos nacionais específicos. Quando sobrevêm dificuldades mais sérias e crises sociais, a questão do “que fazer” é endereçada aos agentes políticos e econômicos nacionais e não aos *global players*. Outra constatação realizada por Velasco e Cruz diz que mesmo os Estados mais frágeis gozam de um determinado grau de autonomia frente ao mercado financeiro, trata-se de se criar vontade política para inibir o movimento do capital.

Atualmente, as desigualdades sociais e os efeitos sociais da exclusão se fazem sentir em todas as partes do globo, e torna-se tema da agenda do FMI, que adota como retórica a relevância das políticas públicas para minimizar os custos sociais nos países “em desenvolvimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores citados ao longo do presente texto, como Castells e Chesnais, vislumbram soluções no âmbito da “sociedade de mercado”, como contraponto apresento a seguir para finalizar este trabalho, as reflexões de um autor que vislumbra uma “luz no fim do túnel,” além da sociedade de mercado, e que relaciona a crise social contemporânea à impossibilidade do projeto da modernidade (na sociedade de mercado) de cumprir suas promessas em termos de emancipação da humanidade.

Para Santos as possibilidades emancipatórias estão definitivamente anuladas na ordem das sociedades contemporâneas dominadas pela razão cognitivo-instrumental e pelas políticas neoliberais. A *utopia* para este autor é sinalizada a partir da constituição de novas bases epistemológicas e sociais, onde o entrelaçamento entre conhecimento científico e o conhecimento do senso-comum engendrará *possibilidades emancipatórias*.

De acordo com Santos (1995a, 1995b e 1990), estamos vivenciando um período de transição do paradigma da modernidade para o paradigma pós-moderno, no qual a exaustão do paradigma da modernidade ocorre devido as promessas cumpridas em excesso da razão cognitivo-instrumental e pelo “défice” em termos de emancipação do ser humano. Neste sentido, para o autor trata-se de uma crise epistemológica envolvendo as ciências (naturais e sociais) e de uma crise societal provocada pela exaustão de um modelo de sociedade apoiado no projeto da modernidade.

As promessas emancipatórias identificadas na matriz do projeto da modernidade serão possíveis à luz de um novo paradigma epistemológico e de um novo modelo societal, onde a fusão entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso-comum desempenhará um papel relevante “no engendrar alternativas”, ou seja, “possibilidades de emancipação” – nos dizeres de Santos (1995, p.283), na configuração de um novo paradigma que envolve, a meu ver, colocar o desenvolvimento científico e tecnológico articulado ao conhecimento local – para além da razão instrumental (regida pelos mecanismos de mercado). E considerar, principalmente, o Homem no centro de nossas preocupações: a “luz no fim do túnel”, portanto, o autor a vislumbra na realização das promessas emancipatórias que só serão possíveis no quadro de um novo paradigma epistemológico e societal: *o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente*.

ABSTRACT: The general subject of this work is to do a reflection about the economical politic of modernization expressed in the neoliberal point of view, in the “mondialisation” capital movement, in the context of Chesnais’s theory. And the specific subject of this work,

is to put against Chesnais's argument, the Boaventura Santos's central argument – who believes in a solution beyond market society. The specific interest of this work is to do a discussion about the partial absent of autonomy of nation-state in relation to the movement of capital flow, and it's perverse effects over the peoples, in the context of “mondialisation”. The analysis is conducted in direction of the critical reflections of Chesnais's work, articulated with partial arguments of other authors.

KEY-WORDS: “mondialisation”, modernization, economy, economical politic.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996, 408p.
- BRAGA, José Carlos. Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. IN: TAVARES, Maria Conceição e FIORI (org.). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.195-242.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loic. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago: The University of Chicago Press, 1992, 332p.
- _____. *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, 151p.
- CASTELLS, Manuel. *La era de la información. Economía, sociedad y cultura*. Vol1. Madrid: Alianza Editorial, 1997, 564p.
- _____. A nova sociedade tecnológica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 maio. 1999. *Caderno Mais*.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, 335p.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Desemprego também é doença. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 jan. 1996. Seção 1, p.22.
- ESCOBAR, Pepe. Ásia presente fim do mito da globalização. *Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 jun. 1998. Seção A, p.19.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista*. Vol.2. Madrid: Taurus, 1987. 513p.

- _____. Técnica e Ciência enquanto ideologia. IN: Benjamin W. et al. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p.303 – 333.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993, 349p.
- FIORI, José Luis. Globalização, hegemonia e império. IN: TAVARES, Maria Conceição e FIORI, José Luis (org.). *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p 87-147.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 2ºed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996, 228p.
- LATOUCHE, Serge. *L'Occidentalisation du monde. Essai sur la signification la portée et les limites de l'uniformisation planétaire*. Paris: La Découverte, 1992, 143p.
- LERDA, Juan Carlos. Globalização da economia e perda de autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias. IN: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus/SOET, 1996, p. 239-263.
- MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995, 210p.
- MORAES, Reginaldo Corrêa de. Liberalismo e neoliberalismo. *Primeira Versão*, Campinas, n°73, Nov., 1997, 30p.
- _____. Hayek e a teoria política do neoliberalismo econômico. *Textos Didáticos*, n° 36, Campinas, abril, 1999 (a), 100p.
- _____. Economia, política e ideologias. *Primeira Versão*, Campinas, n°83, abril, 1999b, 33p.
- _____. Brasil, política: estruturas, conjunturas, conjecturas. *Primeira Versão*, Campinas, n°86, jul., 1999c, 51p.
- OHMAE, Kenichi. *O mundo sem fronteiras*. São Paulo: Makron Books, 1991, 227p.
- PETRAS, James. *Ensaio contra a ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

- _____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, s/d/p.
- _____. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995a.
- SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1982
- TAVARES, Maria Conceição e MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. IN: TAVARES, Maria Conceição e FIORI (org). *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, P.55- 86
- THUROW, Lester C. *O futuro do capitalismo. Como as forças econômicas moldam o mundo de amanhã*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, 456p.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, 258p.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião. As idéias do poder. Dependência, globalização, crise e o discurso de FHC. *Primeira Versão*, Campinas, n°77, out., 1998, 43p.